



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apresentação: 12/08/2024 11:58:27.810 - CLP

REQ n.142/2024

Comissão de Legislação Participativa (CLP)

REQUERIMENTO N.º , de 2024

(Sr. Glauber Braga)

Requer a realização de audiência pública para discussão urgente sobre as Emergências Climáticas no Pantanal e os conflitos agrários nas terras indígenas

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., nos termos dos artigos 24, III, e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja realizada Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, em caráter de urgência para debater as Emergências Climáticas no Pantanal e os sucessivos ataques violentos aos povos indígenas nessa região.

Convidados:

- Professor Anisio Guató- membro da Etnia Povo Guató Canoeiros do Pantanal
- Cacique Severo
- Caciques Osvaldo(Aldeia Guató na Baía Uberaba)
- Negré(ALDEIA Guató na Barra do Rio São Lourenço)
- Carlos Henrique Alves de Arruda- Aldeia Aterrado
- Doutora Honoris Causa- Catarina Guató
- Pesquisador Arqueólogo- Prof. Dr. Jorge Eremites UFEPEL
- Ministério dos Povos Indígenas - Ministra Sônia Guajajara
- Deputado Federal PSOL SP
- BANCADA do COCAR Deputada Célia Xacriabá PSOL/ MG
- Deputado Estadual- Paulo Duarte PSB/ MS
- Deputada Estadual MS- Gleice Jane



- Representação da Bancada Estadual do Meio Ambiente MS
- Deputada Federal PT- Camila Jara
- Representação da Bancada Federal do MS
- Ministra do Meio Ambiente Marina Silva REDE/AC,
- Presidente da FUNAI Joenia Wapixana REDE/RR,
- Representação da Bancada Ecosocialista do PSOL na Câmara Federal,

JUSTIFICAÇÃO

Tem sido objeto de debate as varias situações que estão classificadas na pauta das Emergências Climáticas e queremos incluir a gravíssima situação do Pantanal que, somente neste ano de 2024 está sendo considerada como de destruição record por conta das queimadas, estimada em aumento de 54%.

Conforme noticiado pelo Laboratório de Aplicações de Satélites Ambientais (LASA) da UFRJ, somente no início dos primeiros meses de 2024, o fogo atingiu cerca de 332 mil hectares, o que representa aproximadamente o acréscimo de 39% a mais em igual período de 2020.

Importante registrarmos que, naquele período, já tinha sido avaliado como como a mais grave destruição da história de nossa história.

Os meses de junho comprovam a devastação do nosso bioma e o incêndio segue apesar dos esforços das brigadas no combate a tal desastre sem precedente. Se comparamos a área da extensão desse desastre anunciados, podemos citar como duas cidade de São Paulo ardendo em chamas.

Tanto em Mato Grosso quanto em Mato Grosso do Sul as proporções da destruição são alarmantes, considerando que Mato Grosso representa em torno de 40% do Pantanal brasileiro e Mato Grosso do Sul, 60%, dizimando nossa fauna e flora, as cinzas tornando-se a realidade desastrosa e o perigo de tornar inviável a subsistência da população indígena nessas regiões, bem como o efeito destruidor da nossa Guadakan, como chamamos o Pantanal na língua mãe,

Apesar das medidas tomadas pelo governo federal no sentido de combater o incêndio e as declarações de da ministra do Meio Ambiente “há um agravamento dos problemas de natureza climática” e queremos ser ouvidos.

O segundo ponto tem relação com os conflitos agrários nas terras indígenas, não somente nas que ainda não foram demarcadas, mas também nas já reconhecidas como das etnias que aqui moram, pois a ação criminosa dos “fazendeiros” e seus aliados que insistem em nos expulsar para legalizar a propriedade privada ilegal de terras tradicionalmente ocupadas por nossos ancestrais,antes dos primeiros invasores europeus aqui chegarem, em nome de lucros desmedidos e destruição de nossos povo e nossa mãe terra, precisa ter fim. Os assassinatos de nossos jovens, idosos e lideranças faz parte da ação de intimidação para que a gente desista da nossa terra. Nunca promovemos incêndios, extinção de animais, derrubada da nossas matas, um verdadeiro genocídio dos nossos biomas, pois somos parte de cada um deles.



Apenas a partir deste ano, fomos positivamente surpreendidos com duas expedições (Expedição Guató e da Expedição Técnica Guató), realizadas na segunda quinzena de abril de 2024, com a presença de diversas instituições e agentes do Estado, os quais efetivamente vieram ao nosso encontro com a intenção de prestar ajuda. Mas quando a pequena guarda nacional se retira, os ataques criminosos continuam mesmo a luz do dia.

Não podemos aceitar que o nosso sangue siga sendo derramado no Pantanal e em outras partes do país, onde a ausência do estado brasileiro parece se coadunar como parte de um projeto de extinção dos povos indígenas do Brasil.

Exigimos que nossos direitos sejam respeitados e não aceitamos retrocessos ao que está assegurado na Carta Constitucional de 1988. Repudiamos qualquer proposta inconstitucional de marco temporal, pois quem aqui já vivia quando o Brasil foi invadido éramos nós, povos originários de varias etnias.

Sendo assim, considerando a urgência dos pintos aqui apresentados, solicitamos a aprovação desse requerimento em caráter de urgência.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 2024.

Deputado **GLAUBER BRAGA**
PSOL/RJ

